

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, SUBORDINADAS, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA PRIMEIRA EMISSÃO
DA INBEV PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.

- (a) INBEV PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 1.017, 3º andar (parte), inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.526.557/0001-00, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora"); e
 - (b) PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, n.º 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.227.994/0001-50, neste ato representada nos termos de seu contrato social, como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão (conforme definido abaixo) e nela interveniente ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos titulares das debêntures objeto desta Escritura de Emissão;
- e, como "Interveniente-Garantidores",
- (c) ANHEUSER-BUSCH INBEV S.A./N.V., sociedade constituída sob as leis da Bélgica, com sede em Brouwerijplein 1, 3000 Leuven, Bélgica, Reg. nº 0417.497.106, neste ato representada nos termos de seus atos constitutivos; e
 - (d) INTERBREW INTERNATIONAL B.V., sociedade constituída sob as leis dos Países Baixos, com sede em Ceresstraat 19, 4811 CA, Breda, Países Baixos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.614.548/0001-08, neste ato representada nos termos de seus atos constitutivos;

resolvem celebrar esta "Escritura Particular de Emissão de Debêntures Simples, Subordinadas, Não Conversíveis em Ações da Primeira Emissão de InBev Participações Societárias S.A." ("Escritura de Emissão"), de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A emissão das debêntures de que trata esta Escritura de Emissão ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente) e a Oferta (conforme abaixo definida) foram aprovadas pela Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 14 de agosto de 2009, sendo a sua ata arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário do Comércio, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei n.º 6.404/76").

2. REQUISITOS

2.1 A Emissão e a Oferta serão realizadas com observância dos seguintes requisitos:

- (a) Inscrição desta Escritura de Emissão: Esta Escritura de Emissão será inscrita na JUCESP, nos termos do artigo 62 da Lei n.º 6.404/76;

- (b) Dispensa de Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID"): A Emissão não será registrada na ANBID, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição e não haver prospecto, nos termos do §1º do art. 25 do "Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" de 3 de julho de 2009, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o n.º 5089281;
- (c) Registro para distribuição: As Debêntures serão registradas para colocação no mercado primário no SDT - Módulo de Distribuição de Títulos administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a integralização das Debêntures liquidada pela CETIP. As Debêntures serão registradas para negociação e custódia no mercado secundário através do SND - Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP, não sendo admitida a sua negociação nos mercados regulamentados de valores mobiliários por, no mínimo, 90 (noventa) dias da data da subscrição ou aquisição das Debêntures. Passado o período anteriormente citado, a negociação das Debêntures no mercado de bolsa ou de balcão organizado deverá obedecer às determinações impostas pela Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM n.º 476/09");
- (d) Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"): As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09 ("Oferta") e, por isso, estão automaticamente dispensadas de registro na CVM; e
- (e) Registro das Fianças: As cartas de fiança entregues pelos Interviente-Garantidores relativas às Fianças (conforme definido na cláusula 11 abaixo) prestadas nesta Emissão serão registradas no competente cartório de registro de títulos e documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

3. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1 A Emissora tem por objeto social a participação, direta ou indireta, em quaisquer outras sociedades, de qualquer natureza, como sócia ou acionista.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 Os recursos obtidos com a Emissão deverão ser utilizados para reforço de capital de giro e/ou aplicados prioritariamente aos negócios em geral da Emissora, podendo ser utilizados para compras de títulos e valores mobiliários emitidos no Brasil e/ou no Exterior.

5. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1 Número da Emissão: As Debêntures representam a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

5.2 Data de Emissão: Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 12 de agosto de 2009 ("Data de Emissão").

5.3 Valor total da Emissão: O valor total da Emissão é de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), na Data de Emissão.

5.4 Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 2.000 (duas mil) Debêntures, não havendo lotes adicionais ou suplementares.

5.5 Valor nominal unitário: As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

5.6 Séries: A Emissão será realizada em uma única série.

5.7 Forma: As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Banco Bradesco S.A., prestador de serviços de escrituração e de banco mandatário das Debêntures ("Instituição Depositária", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder a Instituição Depositária na prestação dos serviços previstos neste item), e, adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade o extrato expedido pela CETIP em nome dos titulares de Debêntures ("Debenturistas"), quando esses títulos estiverem depositados no SND.

5.8 Conversibilidade: As Debêntures não serão conversíveis em ações.

5.9 Espécie: As Debêntures serão da espécie subordinada, nos termos do artigo 58 da Lei n.º 6.404/76.

5.10 Prazo e data de vencimento: O prazo das Debêntures será de 3 (três) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 12 de agosto de 2012 ("Data de Vencimento").

5.11 Pagamento do Valor Nominal Unitário: O Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago em uma única parcela, na Data de Vencimento.

5.12 Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário não será atualizado.

5.13 Prazo e forma de subscrição: As Debêntures deverão ser subscritas em 7 (sete) dias após o seu registro na CETIP ("Prazo de Subscrição"). As Debêntures serão subscritas por meio dos procedimentos da CETIP. O início do Prazo de Subscrição será informado pela Companhia ao Agente Fiduciário nos termos no item 5.26 abaixo.

5.14 Forma de integralização: As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), e em moeda corrente nacional pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme abaixo definida), calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, inclusive, até a data da efetiva integralização, exclusive.

5.15 Colocação e negociação: As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09, sob o regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário no SND – Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP. Observados os períodos

de vedação à negociação conforme disposto na Instrução CVM n.º 476/09, especialmente os artigos 13 ao 17.

5.16 Remuneração: As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios estabelecidos com base na variação da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros de um dia – DI, *over extra grupo* ("Taxa DI"), com parâmetro de variação de 114% (cento e quatorze por cento) da Taxa DI, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na *internet* (<http://www.cetip.com.br>), calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, desde a Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, inclusive, conforme o caso, até a data de pagamento da Remuneração seguinte ou a Data de Vencimento, exclusive, conforme o caso ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J	Valor da Remuneração, devida nos termos do item 5.17 abaixo, calculada com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
VNe	Valor Nominal Unitário das Debêntures na Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
FatorDI	Produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado a partir da Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, inclusive, conforme o caso, até a data de pagamento da Remuneração (conforme item 5.17 abaixo) exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

n	Número total de Taxas DI consideradas na atualização, sendo "nDI" um número inteiro;
p	Percentual a ser aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, correspondente a 114% (cento e quatorze por cento);
TDI_k	Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k 1, 2, ..., n

DI_k Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*),
utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Observações:

- 1) O fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100}\right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- 2) Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100}\right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- 3) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- 4) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

5.16.1 Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias decorrentes das Debêntures, não houver apuração e/ou divulgação da Taxa DI, será aplicada à Remuneração a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

5.16.2 Caso a Taxa DI deixe de ser divulgada por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, caso seja extinta ou haja a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI às Debêntures, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. No caso de não haver substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia de Debenturistas ("AGD"), a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no início deste subitem, para deliberar, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração das Debêntures. Observado o quórum de que trata o subitem 5.16.3 abaixo, caso Debenturistas, reunidos em AGD, representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures não aprovem o parâmetro proposto pela Emissora, as Debêntures deverão ser resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, na sua totalidade, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, calculada *pro rata temporis*, até a data do seu efetivo pagamento, no prazo de até 20 (vinte) dias contados da data de encerramento da AGD a que se refere este subitem. O resgate acima referido não será acrescido de prêmio ou penalidade de qualquer natureza. Até o momento da definição do novo parâmetro ou do resgate, conforme o

caso, será utilizado o mesmo percentual da última Taxa DI divulgada oficialmente, acrescida do percentual aplicável, calculada *pro rata temporis*. Até a deliberação desse parâmetro, serão utilizadas para o cálculo da Remuneração a última Taxa DI divulgada oficialmente, acrescida do percentual aplicável, calculada *pro rata temporis*, não sendo devidos, quando da divulgação da Taxa DI, ou do parâmetro legal substituto, quaisquer ajustes pela Emissora aos Debenturistas.

5.16.3 A AGD referida no subitem anterior se instalará, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

5.17 Pagamento da Remuneração: A Remuneração será devida e paga semestralmente, no dia 12 dos meses de fevereiro e agosto de cada ano. O primeiro Pagamento da Remuneração ocorrerá em 12 de fevereiro de 2010.

5.18 Repactuação: Não haverá repactuação programada das Debêntures.

5.19 Resgate antecipado facultativo: Não haverá resgate antecipado facultativo das Debêntures.

5.20 Aquisição facultativa: A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei n. 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

5.21 Encargos moratórios: Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido relativamente a qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").

5.22 Decadência dos direitos aos acréscimos: O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão, não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

5.23 Local de pagamento: Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, serão efetuados pela Emissora, por intermédio da CETIP quando esses títulos estiverem custodiados no SND. As Debêntures que não estiverem custodiadas no SND terão seus pagamentos efetuados junto ao banco mandatário das Debêntures.

5.23.1 Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Instituição Depositária, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, toda a documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos em lei.

5.24 Prorrogação dos prazos: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados nacionais, sábados ou domingos.

5.25 Publicidade: Todos os atos e decisões relativos às Debêntures que, de qualquer forma, vierem a envolver os interesses dos Debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados ao Agente Fiduciário sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" nos termos do item 5.26 abaixo.

5.26 Comunicações: As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT ou por telegrama nos endereços abaixo descritos. As comunicações feitas por *fac-símile* ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). De qualquer forma, os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo, em até 2 (dois) dias úteis, após o envio da mensagem.

(a) se para a Emissora:

InBev Participações Societárias S.A.
Rua Dr. Renato Paes de Barros n.º 1.017, 3º andar (parte)
CEP 04530-001 São Paulo, SP
At.: Diretoria
Telefone: (11) 2122-1200
Fac-símile: (11) 2122-1529
Correio Eletrônico: actes@ambev.com.br

(b) se para o Agente Fiduciário:

Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Rua Sete de Setembro, n.º 99, 24º andar
CEP 20050-005 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Carlos Alberto Bacha / Sr. Rinaldo Rabello Ferreira
Telefone: (21) 2507-1949
Fac-símile: (21) 2507-1773
Correio Eletrônico: bacha@pavarini.com.br /
rinaldo@pavarini.com.br

(c) se para os Interveniente-Garantidores:

Anheuser – Busch InBev S.A./N.V.
Brouwerijplein 1, 3000
Leuven, Bélgica

At.: Ricardo Rittes, Vice President Global Financial Markets
Telefone: +32 (16) 276081
Fac-símile: +32 (16) 506670

Correio Eletrônico: ricardo.rittes@ab-inbev.com

Interbrew International B.V.
Ceresstraat 19, 4811 CA
Breda, Países Baixos /
Brouwerijplein 1, 3000
Leuven, Bélgica

At.: Ricardo Rittes, Vice President Global Financial Markets
Telefone: +32 (16) 276081
Fac-símile: +32 (16) 506670
Correio Eletrônico: ricardo.rittes@ab-inbev.com

6. VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1 Sujeito ao disposto nos subitens 6.3, 6.4 e 6.5 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (e, ainda, no caso do subitem 6.1.2 abaixo, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto nesta Escritura de Emissão), independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:

6.1.1 pedido de autofalência da Emissora e/ou dos Interveniente-Garantidores, decretação de falência da Emissora e/ou dos Interveniente-Garantidores, pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou dos Interveniente-Garantidores, ou liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou dos Interveniente-Garantidores;

6.1.2 inadimplemento, pela Emissora, no tocante ao pagamento da Remuneração ou de quaisquer outros valores devidos aos Debenturistas nas respectivas datas de pagamento previstas nesta Escritura de Emissão, caso tal inadimplemento não seja sanado em até 5 (cinco) dias úteis;

6.1.3 descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, caso tal descumprimento não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da data de recebimento de aviso escrito que lhe for enviado pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário para tanto;

- 6.1.4 declaração de vencimento antecipado por descumprimento contratual relacionado a qualquer dívida ou coobrigação da Emissora, dos Interveniente-Garantidores ou de Controlada Relevante (conforme definido abaixo), em valor igual ou superior ao valor em reais equivalente a € 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de euros, ou seu contravalor em outras moedas), aplicando-se a taxa de conversão de euros para reais, ou outra taxa de conversão aplicável, caso referida dívida ou coobrigação seja denominada em outra moeda, divulgada pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") no dia útil imediatamente anterior à data do evento, via SISBACEN, no Boletim de Taxas de Câmbio e de Mercado, código PTAX800, opção 5/venda, moeda 978, ou outra moeda, conforme o caso ("Taxa de Conversão");
- 6.1.5 declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida dos Interveniente-Garantidores em valor igual ou superior a € 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de euros, ou seu contravalor em outras moedas, aplicando-se a Taxa de Conversão), em razão de descumprimento contratual;
- 6.1.6 inadimplemento, em sua respectiva data de vencimento, observadas quaisquer exceções aplicáveis ou depois de decorrido qualquer prazo previsto no respectivo instrumento, no tocante ao pagamento de qualquer dívida ou coobrigação da Emissora, dos Interveniente-Garantidores ou de qualquer Controlada Relevante em valor igual ou superior a € 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de euros, ou seu contravalor em outras moedas, aplicando-se a Taxa de Conversão), exceto se tal inadimplemento decorrer de determinados eventos que limitem ou restrinjam a capacidade da Emissora, dos Interveniente-Garantidores ou de Controlada Relevante, conforme o caso, de converter reais em moeda estrangeira ou de transferir moeda estrangeira para o exterior para o cumprimento de suas respectivas obrigações;
- 6.1.7 trânsito em julgado de uma ou mais sentenças ou emissão de um ou mais laudos arbitrais definitivos contra a Emissora, os Interveniente-Garantidores ou qualquer Controlada Relevante, que produza(m) ou resulte(m) em um efeito adverso material sobre (a) a capacidade da Emissora ou dos Interveniente-Garantidores de cumprir suas obrigações pecuniárias na Emissão, ou (b) os negócios, ativos, situação financeira ou operações da Anheuser-Busch InBev S.A./N.V., conforme qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão;
- 6.1.8 perda do controle acionário da Companhia de Bebidas das Américas - AmBev pela Interbrew International B.V.;
- 6.1.9 transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei n.º 6.404/76;
- 6.1.10 alienação do controle da Emissora pela Interbrew International B.V., exceto se referida alienação for feita a outra sociedade do mesmo grupo;
- 6.1.11 emissões de debêntures, partes beneficiárias ou outras operações de mercado de capitais, bem como a contratação de toda e qualquer espécie de dívida, subordinada ou não, pela Emissora, exceção feita apenas a contratos de mútuo que visem exclusivamente ao pagamento dos encargos, do principal e dos demais compromissos advindos da presente Emissão, compatíveis com os valores e o cronograma de reposição pactuados; e

6.1.12 caso as Debêntures tornem-se inválidas, ineficazes ou inexecutáveis contra a Emissora ou caso a exequibilidade dessa Escritura de Emissão seja contestada pela Emissora.

6.2 Para os fins do item 6.1 acima: "Controlada Relevante" significa qualquer sociedade controlada pela Emissora e/ou pelos Interveniente-Garantidores, nos termos do parágrafo 2º do artigo 243 da Lei n.º 6.404/76, cujos ativos tenham valor igual ou superior ao valor em reais equivalente a US\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de dólares norte-americanos), conforme apurado no último balanço aprovado pelos sócios ou acionistas da respectiva sociedade, aplicando-se a taxa de conversão de dólares dos Estados Unidos da América para reais divulgada pelo BACEN no dia útil imediatamente anterior à data do evento, via SISBACEN, no Boletim de Taxas de Câmbio e de Mercado, código PTAX800, opção 5/venda, moeda 220.

6.3 Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nos incisos 6.1.1 e 6.1.2 acima, que deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

6.4 Ocorrendo quaisquer dos demais eventos previstos no item 6.1 acima (que não sejam aqueles previstos no item 6.3 acima), que deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, e estando estes eventos ainda não sanados, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nos itens 8.6 e 8.6.1, convocar uma AGD, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida AGD, Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures ou, ainda, caso os trabalhos sejam suspensos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures. Caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida AGD, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

6.5 Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração (e, no caso do subitem 6.1.2 acima, dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 20 (vinte) dias contados de comunicação neste sentido, enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

7.1.1 Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data de término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios

contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas de declaração de que está em dia com o cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;

- (b) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, alterações estatutárias ocorridas na Emissora, assim como extratos de atas de assembleias gerais, desde que envolvam diretamente o interesse dos Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem realizados;
 - (c) exceto pelo disposto na alínea (d) abaixo, informações sobre qualquer descumprimento, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomou conhecimento do respectivo descumprimento;
 - (d) imediatamente após sua ocorrência, informações a respeito de qualquer dos eventos previstos no item 6.1 acima; e
 - (e) resposta a eventuais dúvidas do Agente Fiduciário sobre qualquer informação de domínio público que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação;
- 7.1.2 cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, relevantes à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- 7.1.3 manter todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor;
- 7.1.4 contratar e manter contratados, durante a vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário e a Instituição Depositária;
- 7.1.5 efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos do subitem 8.4. abaixo;
- 7.1.6 notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer AGD pela Emissora; e
- 7.1.7 comparecer às AGDs, sempre que solicitada.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Emissora nomeia e constitui o Agente Fiduciário, Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., devidamente qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a presente nomeação, para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora, declarando que:

- (a) não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme (i) o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei n.º 6.404/76; (ii) a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 28"); e (iii) demais normas aplicáveis para o exercício da função que ora lhe é conferida;
- (b) aceita a função que ora lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (c) está ciente da regulamentação aplicável emanada do BACEN;
- (d) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28;
- (e) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- (f) aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;
- (g) verificou a observância, pela Emissora, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76;
- (h) é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (j) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- (k) esta Escritura de Emissão contém apenas obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com seus termos e condições.

8.2 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

- (a) é facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim, independentemente de anuência ou concordância da Emissora;
- (b) caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente este fato aos Debenturistas, solicitando a sua substituição;
- (c) caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, ele deverá permanecer no exercício delas até que, cumulativamente, outra

instituição (i) seja indicada pela Emissora para substituí-lo; (ii) seja aprovada pela AGD; e (iii) assuma efetivamente as suas funções;

- (d) para a escolha do novo Agente Fiduciário, deverá ser realizada uma AGD, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo Agente Fiduciário;
- (e) a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (i) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28; e (ii) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, com a respectiva averbação na JUCESP;
- (f) os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- (g) o Agente Fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (i) a Emissora não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela AGD a que se refere a alínea (d) acima; ou (ii) a AGD a que se refere a alínea (d) não delibere sobre a matéria;
- (h) o Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicar a Emissora e os Debenturistas sobre a sua nomeação nos termos dos itens 5.25 e 5.26 acima;
- (i) o Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição; e
- (j) aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

8.3 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário fará jus a uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) parcela única de R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais) devida no 5º (quinto) dia útil contado da celebração desta Escritura de Emissão;
- (b) caso, após o vencimento das Debêntures, o Agente Fiduciário ainda esteja atuando em defesa dos interesses dos Debenturistas na cobrança de obrigações inadimplidas pela Emissora previstas nesta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário fará jus a uma remuneração de R\$ 1.140,00 (mil cento e quarenta reais) por mês, até que a

Emissora cumpra com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;

- (c) a parcela referida no subitem (b) acima será atualizada anualmente pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado-IGPM ou, na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro rata die*;
- (d) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento); e
- (e) os pagamentos mencionados neste item 8.3. serão acrescidos das seguintes taxas e contribuições: (i) Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS); (ii) Programa de Integração Social (PIS); (iii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e (iv) quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.4 O Agente Fiduciário será reembolsado pela Emissora por todas as despesas que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da entrega dos documentos comprobatórios neste sentido, incluindo despesas com:

- (a) especialistas, caso sejam considerados necessários em base razoável, tais como auditoria, fiscalização, ou assessoria legal ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas;
- (b) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (c) extração de certidões;
- (d) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentações, quando necessárias ao desempenho das funções e desde que razoáveis; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas;

8.4.1 O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se refere o item 8.4 acima, por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e, posteriormente, ressarcidas pela Emissora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos,

incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou, ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas.

8.4.2 As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas.

8.4.3 Estão excluídos do adiantamento de despesas previsto no subitem 8.4.1 acima os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação.

8.4.4 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no subitem 8.4.1 acima, será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência na ordem de pagamento.

8.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (b) custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- (c) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício de sua função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo emprega na administração dos seus próprios bens;
- (d) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (e) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (f) verificar a observância, pela Emissora, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
- (g) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
- (h) promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e as averbações de seus eventuais

aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;

- (i) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (j) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (k) solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Emissora, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento e Procuradoria da Fazenda Pública;
- (l) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (m) convocar, quando necessário, AGD;
- (n) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (o) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei n.º 6.404/76, que deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (iv) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures;
 - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (viii) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Emissora, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora; e

- (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- (p) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior até 30 de abril de cada ano, na sede da Emissora e no escritório do Agente Fiduciário;
- (q) comunicar aos Debenturistas que o relatório a que se refere o subitem 8.5 (o) acima se encontra à disposição nos locais indicados no inciso anterior;
- (r) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, a Instituição Depositária e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referentes à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, informando prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas; e
- (t) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos.

8.6 No caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos no item 6, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo, para tanto:

- (a) declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, principalmente os subitens 6.3, 6.4 e 6.5, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência ou recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.6.1 Observado o disposto nos subitens 6.3, 6.4 e 6.5 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a", "b" e "c" do item 8.6 acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em

circulação. Na hipótese da alínea "d" do item 8.6 acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

9. ASSEMBLEIAS GERAIS DE DEBENTURISTAS

9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

9.2 A AGD poderá ser convocada (a) pelo Agente Fiduciário; (b) pela Emissora; ou (c) por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures.

9.3 A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

9.4 A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures.

9.5 Nas deliberações da AGD, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto no item 9.5.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em AGD dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação.

9.5.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere o item anterior:

- (a) os quoruns expressamente previstos nesta Escritura de Emissão; e
- (b) as deliberações que impliquem (i) alteração dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (ii) alteração da Remuneração, exceto pelo disposto no item 5.16.2 desta Escritura de Emissão; (iii) alteração de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (iv) alteração da espécie das Debêntures; (v) criação de resgate antecipado facultativo; ou (vi) criação de evento de repactuação das Debêntures; deverão ser aprovadas por Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

9.6 Para fins de apuração do quorum de instalação em qualquer AGD, serão desconsiderados os votos representados por Debêntures de titularidade, direta ou indireta, da Emissora, de sua controladora, de qualquer de suas controladas, ou coligadas, bem como qualquer de seus diretores, conselheiros ou acionistas.

9.7 Para fins de apuração do quorum de deliberação em qualquer AGD, além do disposto no item 9.6 acima, também serão desconsiderados os votos em branco.

9.8 Os representantes legais da Emissora poderão sempre frequentar as AGDs.

9.9 O Agente Fiduciário deverá comparecer às AGDs e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.10 Aplica-se às AGDs, no que couber, o disposto na Lei n.º 6.404/76, sobre as assembleias gerais de acionistas.

10. DECLARAÇÕES DA EMISSORA

10.1 A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastante para tanto;
- (d) esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (e) a celebração e os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas, bem como a realização da Oferta, (i) não infringem seu estatuto social ou qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, ou qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral, em face da Emissora; e (ii) não resultarão em (A) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (B) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na data de assinatura desta Escritura de Emissão; ou (C) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (f) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas em eventuais documentos de divulgação da Oferta em relação à Emissora, às suas controladas diretas e indiretas e às suas coligadas foram dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (g) as demonstrações financeiras da Emissora, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 e ao semestre encerrado em 30 de junho de 2009, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (h) exceto pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estejam sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais relevantes à condução de seus negócios;
- (i) exceto pelas obrigações que estejam sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, em seu melhor conhecimento, está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei; e

- (j) exceto pelas contingências informadas em eventuais documentos de divulgação da Oferta, inexistente, em seu melhor conhecimento, (A) descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (B) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos desta alínea, (i) que possa vir a causar efeito adverso relevante na condição financeira da Emissora ou outras, ou em sua atividade; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão

10.1.1 A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos do item 10.1 acima.

10.1.2 Sem prejuízo do disposto acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

10.2 Encerrado o prazo de 90 (noventa) dias referido no item 2.1 (c) e adicionalmente às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, serão obrigações da Emissora, em observância à Instrução CVM n.º 476/09:

- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, e com as regras emitidas pela CVM;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados na alínea (a) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 358/02") no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM nº 358/02, comunicando imediatamente ao intermediário líder da oferta; e
- (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM.

11. GARANTIA

11.1. As Debêntures serão garantidas por fianças ("Fianças") prestadas pelos Interveniente-Garantidores, de acordo com as cartas de fiança integrantes do

Anexo I a esta Escritura de Emissão, obrigando-se, os Interveniente-Garantidores, perante os Debenturistas, na qualidade de fiadores, principais pagadores e solidariamente responsáveis com a Emissora de todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, sendo a Fiança prestada em caráter irrevogável e irretratável para todos os efeitos legais, até o efetivo pagamento e liquidação das obrigações da Emissora na forma estipulada nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão.

11.2. Os Interveniente-Garantidores firmam esta Escritura de Emissão declarando conhecer e concordar com todos os seus termos e condições.

12. DESPESAS

12.1. Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, da Instituição Depositária e de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

13. RENÚNCIA

13.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

14. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

14.1. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

15.2. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a

intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

16. FORO

16.1. Fica eleito o foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e por seus sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 14 de agosto de 2009.

INBEV PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.

Nome: Silvio José Morais
Cargo: Diretor

Nome: Lucas Machado Lira
Cargo: Diretor

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

ANHEUSER-BUSCH INBEV S.A./N.V.

Nome: Silvio José Morais
Cargo: Procurador

Nome: Lucas Machado Lira
Cargo: Procurador

INTERBREW INTERNATIONAL B.V.

Nome: Silvio José Morais
Cargo: Procurador

Nome: Lucas Machado Lira
Cargo: Procurador

Testemunhas:

Nome: Octavio Grisola Chino
R.G.: 340504079 SSP/SP

Nome: Pedro de Campos Azevedo
R.G.: 24253075-8 SSP/SP

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, SUBORDINADAS, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA PRIMEIRA EMISSÃO DA INBEV PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.

ANEXO I

CARTAS DE FIANÇA